MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESTADUAL

PORTARIA SE/PRRJ Nº 1161, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a fiscalização técnica referente à elaboração de projeto executivo de arquitetura e complementares de engenharia para reforma e adequação de acessibilidade a pessoas com deficiência, do edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro – PR/RJ. (PGEA nº 1.30.001.000639/2017-47).

O SECRETARIO ESTADUAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no exercício da competência que lhe atribui o Regimento Interno Administrativo do MPF (Anexo da Portaria SG/MPF nº 382/2015), resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo mencionados em atenção ao Art. 9º §2º, da Portaria SG/MPF Nº 110 de 06 de fevereiro de 2015, para atuarem como fiscais técnicos no Contrato Administrativo abaixo mencionado, nos termos do art. 3º c/c Art. 1º parágrafo único, no que couber, da Portaria PR-RJ Nº 791, de 1º de julho de 2015, para exercerem suas atribuições, consoante disposição da Portaria PR-RJ Nº 791 de 1º de julho de 2015 e Portaria SG/MPF Nº 110 de 06 de fevereiro de 2015:

- Nº do Contrato: 23/2017

- Objeto: Contratação dos serviços de elaboração de projeto executivo de arquitetura e complementares de engenharia para reforma e adequação de acessibilidade a pessoas com deficiência, do edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro – PR/RJ

- Empresa Contratada: INTER PROJETOS SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 26.894.661/0001-00.

- Fiscal Técnico: Alexandre Taveira Leite, matrícula 20.939, e-mail ataveira@mpf.mp.br.

- Fiscal Técnico substituto: Caroline Roedel, matrícula 24.384, e-mail carolineroedel@mpf.mp.br.

MPF Ministério Público Federal

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, restando revogadas quaisquer disposições em contrário.

NEWTON LEVY ALVIM JUNIOR
Secretário Estadual da PR/RJ

Este texto não substitui o publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 1 set. 2017. Caderno Administrativo, p. 240.

MPF
Ministério Público Federal